

INSTALAÇÃO DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA (PERÍODO DE 03/02/2014 A 22/12/2014)

Às 16 horas e 18 minutos do dia 3 de fevereiro de 2014, reuniu-se o Congresso Nacional em Sessão Solene destinada a, nos termos do art. 57 da Constituição Federal, inaugurar a Quarta Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros.

Compuseram a Mesa, além do Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros: o Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa; o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves; o Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante; o Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Federal Andre Vargas; a Exma. Sra. 2ª Secretária do Congresso Nacional, Senadora Angela Portela; o Exmo. Sr. 4º Secretário do Congresso Nacional, Senador João Vicente Claudino; o Exmo. Sr. 2º Secretário da Mesa da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Simão Sessim; a Exma. Sra. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Ideli Salvatti; e o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes.

Aberta a sessão e instalados os trabalhos, foi executado o Hino Nacional pela Banda de Música da Base Aérea de Brasília. A seguir, o Exmo. Sr. Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, convidou o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, para fazer a entrega da Mensagem do Poder Executivo que foi lida pelo Sr. 4º Secretário da Mesa do Congresso Nacional, Senador João Vicente Claudino. Em seguida, o Exmo. Sr. Ministro Joaquim Barbosa fez uso da palavra em nome do Supremo Tribunal Federal e entregou a Mensagem do Poder Judiciário ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional. A seguir, usou da palavra o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves.

Por fim, fez uso da palavra o Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves; Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa; Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente do Congresso Nacional, Deputado Andre Vargas; Exma. Sra. 2ª Secretária do Congresso Nacional, Senadora Angela Portela; Exmo. Sr. 4º Secretário do Congresso Nacional, Senador João Vicente Claudino; Exmo. Sr. 1º Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Jorge Viana; Exmo. Sr. 2º Secretário da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Simão Sessim; Exma. Sra. Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Senadora Ideli Salvatti; Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes; Exmo. Sr. Ministro de Estado Interino da Defesa e Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, César Borges; Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmo. Sr. Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams; Exmo. Sr. Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, Afif Domingos; Exmo. Sr. Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, Comandante da Marinha do Brasil; Exmo. Sr. General de Exército Enzo Martins Peri, Comandante do Exército Brasileiro; Exmas. Sras. e Srs. Embaixadores; Exmo. Sr. Presidente Senador José Sarney, na pessoa de quem quero cumprimentar todos os Senadores presentes; Exmos. Srs. Deputados Federais; senhoras e senhores convidados, o Congresso Nacional é uma instituição aberta, permeável e sensível à sociedade brasileira. Por esse motivo, vem passando por transformações exigidas pelos novos tempos.

Em 2013, como todos acompanham, reduzimos substancialmente nossos gastos com pessoal, custeio e investimentos, sem prejuízo da rotina das Casas, demonstrando de que é possível fazer mais com menos, ou seja, alcançamos uma maior produção legislativa associada à contenção de despesas internas.

Senhoras e senhores, o Congresso Nacional, por ser transparente, aberto ao controle público, precisa fazer e sempre reafirmar o que fez. Por isso, relevem uma sintética, uma rápida compilação do que foi feito pelo Congresso Nacional: eliminamos o 14º e o 15º salários dos Parlamentares e aplicamos o acórdão do Tribunal de Contas da União determinando o cumprimento do teto salarial estabelecido pela Constituição nas duas Casas do Congresso Nacional; aprovamos também um

novo rito para apreciação de vetos, que deixaram de ser entulhos legislativos, e o orçamento impositivo, que destinará mais recursos para a área de saúde, temas que contaram com o empenho pessoal e liderança política do Presidente da Câmara dos Deputados, meu amigo Henrique Eduardo Alves.

O Congresso Nacional também reviu a decisão da Justiça quanto ao quantitativo das bancadas federais. Na corte constitucional, prevaleceu a visão deste Congresso de que não é possível controle constitucional prévio, decisão pela qual aproveitei para parabenizar o Ministro Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que muito honra o Judiciário brasileiro.

As mudanças estão ocorrendo cada uma a seu tempo e a seu modo, respeitando as especificidades de cada Casa do Legislativo.

Mais especificamente no Senado Federal, que tenho a honra de presidir, foram extintas 630 funções comissionadas, o que corresponde a cerca de 30% do total. Implementamos a jornada corrida de 7 horas, alteração que resultou em maior disponibilidade de servidores e maior eficiência na prestação de serviços. Foram adicionadas 50 mil horas à jornada anual, evitando novas contratações. Promovemos a extinção de cargos, diretorias, secretarias, e fundimos estruturas administrativas, como INTERLEGIS, UNILEGIS e ILB.

Dando continuidade ao muito que foi feito pelo Presidente José Sarney, sete contratos de terceirização sofreram redução de valores e outros dois foram completamente extintos. No total, ocorreu a redução de 25% dos terceirizados contratados pelo Senado Federal. Os contratos emergenciais foram proibidos e os gastos com material de consumo, como combustíveis, material de expediente, entre outros, foram reduzidos.

Eliminamos privilégios. Os profissionais do Serviço Médico do Senado Federal passaram a atender a toda a população no SUS, e o mesmo ocorreu com os equipamentos hospitalares.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a instituição, como todos sabem, tem um histórico de imperfeições que se acumularam ao longo dos anos. As contradições internas são objeto do noticiário, porque somos absolutamente transparentes. O controle social nos ajuda a corrigir equívocos, a sanar vícios e a aperfeiçoar eventuais distorções.

Por essa razão, ampliamos os canais de comunicação com a sociedade, através do portal do Congresso Nacional, do portal das Comissões, do Banco de Dados Socioeconômicos, e abrimos a possibilidade de a sociedade votar sobre projetos que tramitam na Casa.

Internamente, adotamos medidas a fim de fortalecer a instituição, como as sessões temáticas, a obrigatoriedade de os dirigentes de agências reguladoras, Ministros das Relações Exteriores, da Defesa e da Justiça prestarem contas anuais ao Senado Federal.

A partir deste ano, o Congresso Nacional vai avaliar o Sistema Tributário Nacional e as políticas públicas, o que será feito pelas Comissões Permanentes do Senado.

Fizemos em 2013 revisões históricas e devolvemos mandatos retirados ilegalmente de Luís Carlos Prestes e do Presidente João Goulart, no ano dos 25 anos da nossa Constituição Federal.

Em busca de novas e modernas leis, foram instaladas Comissões de alto nível, destinadas a subsidiar o Congresso Nacional em futuras deliberações. Entre elas, destacam-se a da consolidação das leis e da regulamentação da Constituição, a da modernização da Lei de Execução Penal, a da atualização da Lei de Arbitragem, a da Lei de Mediação, já aprovada pelo Senado, inovação fundamental para desafogar o Judiciário, a do Código Comercial, a do Código Penal e a da Lei de Licitações. Algumas delas, à exceção da Lei de Mediação, sofreram desgastes e, como todos sabem, precisam ser atualizadas.

No campo legislativo, tivemos um ano muito produtivo. Do total de leis aprovadas, Presidente Henrique Eduardo Alves, a maioria, 53%, foi de propostas nascidas no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.

Demonstrou-se que o Congresso Nacional é capaz de reunir maiorias para propor políticas públicas de maneira autônoma. Mais do que quantidade, releve-se a qualidade das leis aprovadas, sejam elas de iniciativa do Congresso Nacional ou da Presidência da República.

Igualamos direitos ao aprovar a lei que estendeu aos trabalhadores e trabalhadoras domésticos direitos trabalhistas.

O mesmo ocorreu com o Estatuto da Juventude, o projeto que obriga a reconstrução de mama pelo Sistema Único de Saúde, a transparência no ECAD, a PEC da Música, a regulamentação da profissão de vaqueiro, o direito de transmissão dos taxistas, a análise dos vetos em 30 dias, os financiamentos da saúde – 106 milhões na LOA, 25% dos royalties e 50% das emendas individuais –, os royalties de petróleo para educação, a ampliação das votações abertas, que promulgamos imediatamente, e a aposentadoria especial para pessoas deficientes, originada também no Senado Federal.

Também aprovamos a responsabilização da pessoa jurídica que auferir vantagem com corrupção; o ato médico, fixando quais atribuições são privativas desses profissionais de saúde; a Defensoria Pública; a lei que define organização criminosa, que no Brasil não tinha tratamento adequado; o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; a renegociação de dívidas de agricultores do Semiárido; a anistia para policiais e bombeiros militares; a desoneração de setores estratégicos, como, por exemplo, a produção e comercialização de álcool; os serviços de transporte coletivo municipal de passageiros, zerando alíquotas do PIS/PASEP e COFINS; a subvenção aos plantadores da cana-de-açúcar e ao etanol; e a regulamentação do permissionário lotérico, entre tantas outras.

O Brasil está mudando e as instituições que não captarem este novo momento correm o risco de perder credibilidade. Estamos fazendo nossa parte, mudando leis e também as práticas internas.

Aprovamos mais de 40 propostas em menos de 20 dias, dando respostas, como disse aqui o Presidente da Câmara dos Deputados, às demandas das ruas, às demandas da sociedade. Algumas tramitam, como todos sabem, ainda no Parlamento, que tenho certeza, absoluta certeza, haverá de priorizá-las neste ano.

Entre elas, o Código de Proteção do Usuário do Serviço Público; a alteração do rito de tramitação das medidas provisórias; a partilha com os Estados e Municípios dos impostos do comércio eletrônico; o Fundo de Vítimas de Homicídio; o agravamento dos crimes de corrupção, tornando-os hediondos; o SIMPLES para advogados; a Ficha Limpa para servidores dos três Poderes, já implementada por resolução no Senado Federal; a vedação a que cônjuge ou parente possa ser suplente de Senador e redução para apenas um suplente; a facilitação do exercício da iniciativa popular; o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, para desonerar o custo do transporte coletivo; a eliminação da aposentadoria como pena disciplinar para juízes e promotores condenados por corrupção ou por outros crimes; a perda automática do mandato de Parlamentar nas hipóteses de improbidade administrativa ou crime contra a administração pública por decisão transitada em julgado; o direito de resposta; a Defensoria Pública; a ampliação de cobertura pelos planos de saúde; a responsabilização de pessoas jurídicas envolvidas em corrupção; e o combate à tortura, entre tantas outras propostas.

Quero conclamar todos, Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas, a redobramos nossos esforços a fim de manter, neste ano de 2014, o mesmo empenho e vigor legislativo de 2013, ao qual acabo de me referir.

Temos, como todos sabem, desafios concretos pela frente e seria temerário precipitarmos a tensão pré-eleitoral em prejuízo dos trabalhos do Legislativo, especialmente em um ano atípico como este, com Copa do Mundo no Brasil e eleições. É um ano em que a palavra de ordem terá que ser de moderação e comedimento com os recursos, notadamente com os recursos públicos.

Portanto, estas Casas devem priorizar, sem dúvida – isso aqui foi dito muito bem pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Henrique Eduardo Alves –, a agenda legislativa, já que temos, como todos sabem, uma pauta eminentemente política no segundo semestre, em razão das eleições.

Amparando-me em um termo dos dias atuais, vamos priorizar o rolezinho legislativo, em vez dos rolezinhos políticos, e sem descambar para a irresponsabilidade fiscal.

Temos que concluir a votação do projeto que institui o Plano Nacional de Educação, com avanços e financiamentos para o setor, a proposta de fim do trabalho escravo e a do refinanciamento das dívidas dos Estados e Municípios, com a troca do indexador, principal fonte de angústia dos Estados e Municípios brasileiros.

A nova Lei das Licitações, que busca simplificação, celeridade e o fim da tomada de preços, cartas-convite e alarga a adoção do pregão eletrônico, também está na ordem do dia, bem como a nova Lei de Execuções Penais, tema tão candente quanto urgente.

Igualmente urgentes são as votações do novo Código Comercial, para reduzir a burocracia e dar agilidade às transações comerciais; da nova Lei de Arbitragem e de Mediação; e a modernização do Código de Defesa do Consumidor, para ampliar a garantia dos consumidores, o elo mais frágil nas relações de consumo.

Reitero que este Congresso Nacional continua devendo ao País uma reforma política digna do nome. A reforma política, eu já disse aqui e queria repetir, é o que podemos chamar de unanimidade estática – todos são favoráveis, mas ela não deslancha no Congresso Nacional. Poderíamos, portanto, aproveitar a eleição de 2014 para ouvir, sim, a população brasileira.

A reforma política no Brasil só será realidade se acompanhada da chancela social, seja por meio de plebiscito ou de referendo, como defendeu corretamente a Presidente da República, Dilma Rousseff, hoje aqui representada pelo novo Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloizio Mercadante, que tantas contribuições deu a este País como Senador e Ministro da Educação, o que agora se repetirá, não tenho nenhuma dúvida, na Casa Civil da Presidência da República.

Agradeço a todos pelas honrosas presenças e, cumprida a finalidade da sessão, agradeço às autoridades civis, militares, diplomáticas e eclesiásticas que nos honraram com o seu comparecimento.

Antes de encerrar a sessão, eu queria mais uma vez agradecer à Banda de Música da Base Aérea de Brasília por sua participação na execução do Hino Nacional nesta sessão solene do Congresso Nacional.

Muito obrigado a todos!"

Encerrou-se a sessão às 18 horas e 12 minutos.